Militares do sexo feminino no Exército Português - Os últimos 20 anos

Tenente-coronel
Filipa Mota Gonçalves

Introdução

O ingresso das mulheres na instituição militar foi o início de uma reorganização interna do Exército, de forma a acolher os seus novos membros e garantindo as condições mínimas imediatas (Santos, 2012). As preocupações primárias foram adaptar a regulamentação existente no que diz respeito às armas e serviços onde as militares do sexo feminino poderiam ser enquadradas, as tabelas de avaliação física, bem como a adaptação dos aquartelamentos (Santos, 2012).

Mas nem tudo era fácil, pois apesar de haver uma maioria favorável à integração feminina, que era de cerca de 90%, o que dividia as opiniões entre os oficiais do Exército era quanto à integração feminina em determinadas armas ou serviços (Carreiras, 1999).

«1992 é o marco do ingresso das militares do sexo feminino nas fileiras do Exército Português embora já existissem militares na área do Serviço de Saúde (Médicas)» (Santos, 2012), nesse ano o Exército admitiu trinta e quatro militares femininas para cumprirem o serviço militar (Carreiras, 1999). «É neste ano que se dá o ingresso das primeiras cadetes-alunas na AM e das primeiras alunas na Escola de Sargentos do Exército, com destino ao Quadro Permanente» (Santos, 2012).

Em 1992 deram início a uma grande aventura, jovens que iriam ingressar na Academia Militar e Escola de Sargentos do Exército, o que iria alterar, não só a sua vida, mas também revolucionar a vida de uma instituição constituída por homens com valores adquiridos, em que a "tropa" não era para mulheres muito menos para jovens raparigas, ainda que com espírito aventureiro.

Com a elaboração deste artigo pretende descrever-se, de uma forma global, no que diz respeito à evolução dos efetivos femininos no Exército, e de uma forma particular o ingresso das primeiras alunas na Academia Militar (AM) e na Escola de Sargentos do

Exército (ESE). Procura-se também enquadrar a posição do Exército no que diz respeito às temáticas do género, bem como a participação feminina nas Missões Internacionais.

Procedeu-se ao levantamento documental e bibliográfico relacionado com a temática, no qual se contou com o apoio do Comando de Pessoal, Academia Militar, Escola de Sargentos do Exército, bem como demais Unidades, Estabelecimentos e Órgãos (U/E/O) no decorrer deste processo.

Numa primeira fase, pensou-se que seria interessante a integração num só artigo dos vários aspetos relacionados com as mulheres no Exército, ou seja, as descritas acima e o estudo realizado pelo Centro de Psicologia Aplicada do Exército (CPAE) acerca da "Satisfação das militares do Quadro Permanente do Exército", mas, dada a especificidade do estudo, este será remetido em forma de artigo para este mesmo número da Revista Militar dado o seu valioso contributo para o Exército.

A análise de toda a documentação permitiu realizar este artigo, e tornar um pouco mais rica a escassa bibliografia existente sobre as mulheres no Exército Português.

Este artigo pretende percorrer os últimos vinte anos da presença das mulheres que serviram, e servem, o Exército Português e que querem também contribuir para a defesa do seu país, tanto a nível de valores morais, como do seu povo.

Figura 1: Militares em instrução

Fonte: Fotografia cedida pela 1Sar ADMIL Vara

Figura 2: Cadetes em formatura

Fonte: Fotografia cedida pela AM

Figura 3: Cadetes em instrução

Fonte: Fotografia cedida pela AM

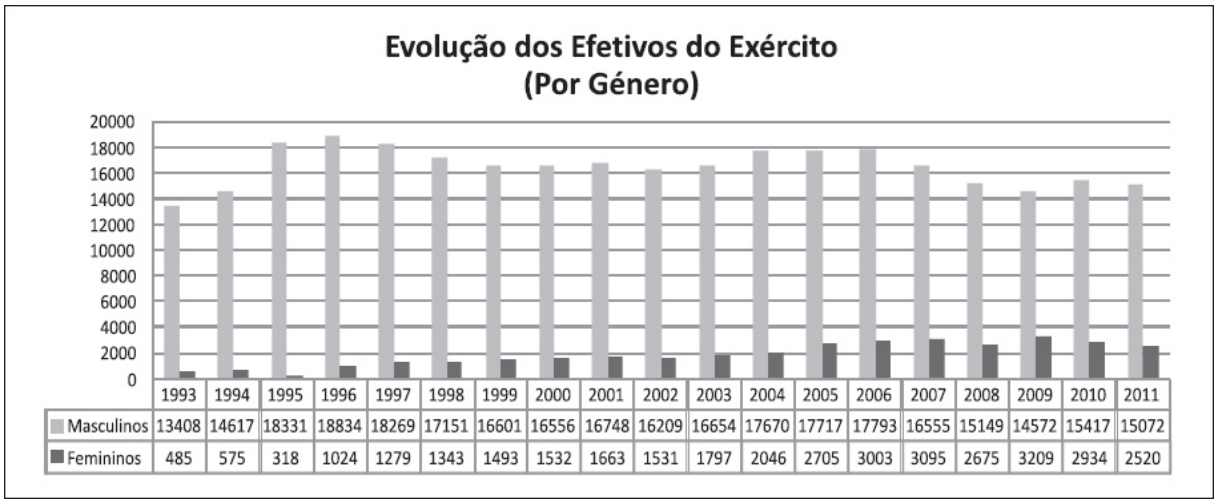
A evolução dos efetivos femininos no Exército

Nos anos 70 do séc. XX, os exércitos do ocidente, na sua maioria, integraram mulheres nas suas fileiras. Curiosamente tal não aconteceu em tempo de guerra, de acordo com o passado histórico em que as mulheres eram integradas, para o apoio sanitário, maioritariamente, mas agora integradas como iguais recebendo a formação idêntica à dos homens e desempenhando variadas funções (Carreiras, 1995).

Dois acontecimentos nos anos 90 do séc. XX alteraram a situação das Forças Armadas (FFAA), acabou o Serviço Militar Obrigatório, as FFAA passaram a ter voluntários e foram autorizadas as incorporações das mulheres nas fileiras, como consequência houve um aumento do número de candidatos nas fileiras (General Loureiro dos Santos, 2012).

No decorrer destes vinte anos, apesar de se ter vindo a assistir a um aumento

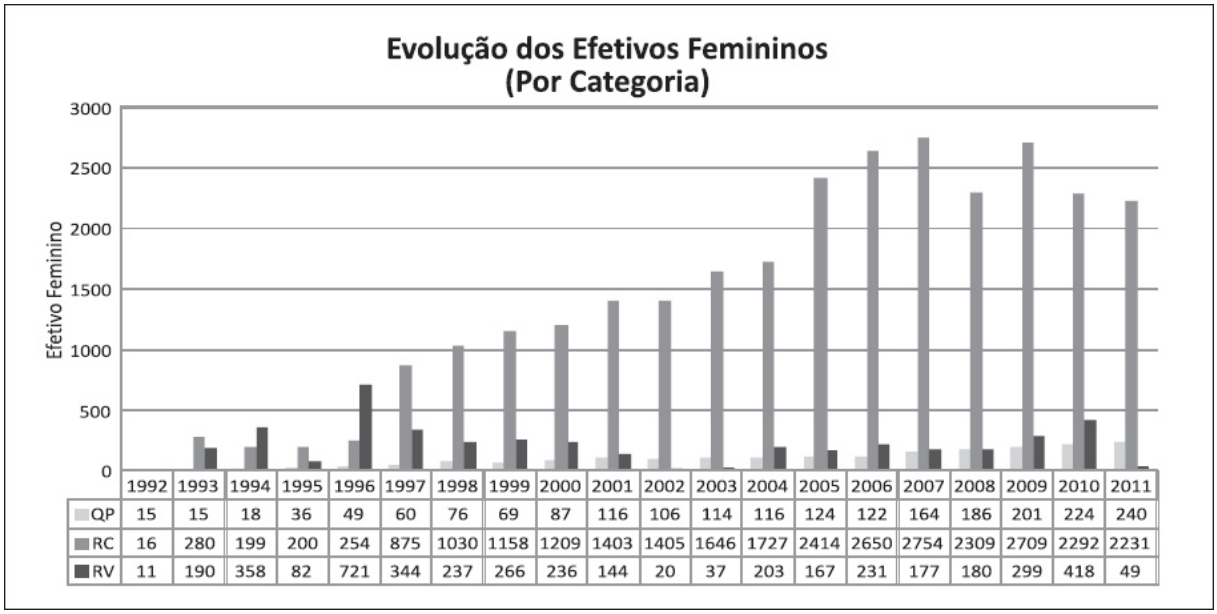
progressivo dos efetivos femininos, a expressão destes valores ganha ênfase quando chegamos ao ano 2009, não só pelo efetivo feminino ser o mais elevado (3209), mas igualmente pela percentagem que ele expressa em relação ao efetivo masculino atingindo os 18%, contra os 3,5% iniciais, em 1993. Mas, infelizmente, este valor tem sofrido um decréscimo percentual e numérico nestes dois últimos anos contrariando os anos que antecederam este *record*, no final de 2011 os valores dos efetivos femininos situavam-se abaixo dos valores de 2005, embora percentualmente superiores.



	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Masculinos	13408	14617	18331	18834	18269	17151	16601	16556	16748	16209	16654	17670	17717	17793	16555	15149	14572	15417	15072
Femininos	485	575	318	1024	1279	1343	1493	1532	1663	1531	1797	2046	2705	3003	3095	2675	3209	2934	2520

Gráfico 1: Evolução dos Efetivos do Exército, por género (1993-2011)

Fonte: Anuário Estatístico da Defesa Nacional (1993-2009) e Anuário do Exército (1994-2008); Comando do Pessoal (2009-2011)



	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
QP	15	15	18	36	49	60	76	69	87	116	106	114	116	124	122	164	186	201	224	240
RC	16	280	199	200	254	875	1030	1158	1209	1403	1405	1646	1727	2414	2650	2754	2309	2709	2292	2231
RV	11	190	358	82	721	344	237	266	236	144	20	37	203	167	231	177	180	299	418	49

Gráfico 2: Evolução dos Efetivos Femininos do Exército, por categoria (1992-2011)

Fonte: Anuário Estatístico da Defesa Nacional (1993-2009) e Anuário do Exército (1994-2008);

Comando do Pessoal (2009-2011).

Ao analisarmos os dados femininos, em relação ao vínculo com a instituição, surge uma analogia interessante, os efetivos dos Quadros Permanentes (QQPP) têm tido uma progressão natural, dada a entrada de cadetes na AM e alunas na ESE, com a exceção do ano de 2006 em que se registou um valor inferior ao ano anterior, e a progressão é igualmente registada se analisarmos conjuntamente os valores do vínculo de Regime de Voluntariado e Contrato, só que aqui é em 2008 que surge um valor mais baixo, e a partir de 2010 o decréscimo é evidente até ao final de 2011.

Os postos alcançados pelas militares femininas no seio do Exército são, na categoria de Oficiais, o de Tenente-Coronel e, na categoria de Sargentos, o de Sargento-ajudante, mas, dados os constrangimentos que têm existido nas promoções, a ascensão a postos mais elevados ainda vai continuar adiada por mais uns anos.

Figura 4: Cadetes em instrução

Fonte: Fotografia cedida pela AM

EXÉRCITO

Gabinete do Chefe do Estado-Maior do Exército

Despacho. — *Condições especiais ao concurso de admissão à Academia Militar para o ano 1992-1993.* — Nos termos do n.º 2 do art. 113.º do Regulamento da Academia Militar, aprovado pela Port. 425/91, de 24-9, são fixadas as seguintes condições especiais ao concurso de admissão de alunos à Academia Militar para o ano de 1992:

1 — Finalidade do concurso — o concurso é aberto para candidatos masculinos e femininos para o 1.º ano dos cursos das armas e serviços da Guarda Nacional Republicana (GNR) e da Guarda Fiscal (GF) ministrados na AM:

Candidatos:

Exército — infantaria, artilharia, cavalaria, engenharia, transmissões, administração militar e material;
GNR — ramos das armas e administração;
GF — ramos fiscal e aduaneiro e administração.

Candidatas:

Transmissões, administração militar e material do Exército.

Figura 5: Despacho do Chefe do Estado-Maior do Exército, de 14 de maio de 1992

O ingresso na Academia Militar

Com o Despacho de S. Ex.ª O General Chefe de Estado-Maior do Exército José Alberto Loureiro dos Santos, de 14 de Maio de 1992, é aberto o primeiro Concurso de Admissão à AM onde "o concurso é aberto para candidatos masculinos e femininos", surgindo a oportunidade das jovens portuguesas ingressarem no Exército Português, nomeadamente na AM.

Até 2011, candidataram-se à AM 5590 jovens do sexo feminino, das quais 5177 eram oriundas da vida civil e 413 já estavam nas fileiras das Forças Armadas em regime de contrato. Os valores percentuais das candidatas têm sofrido diversas variações mas, desde já, há a referir, face ao universo de candidatos de ambos os sexos, que se passou de uma taxa de 5,03%, em 1992, para uma taxa de 21,95%, em 2011, referindo, no entanto, que se atingiram taxas de 28% nos anos de 1998, 2003, 2004 e 2008, conforme demonstram os gráficos 3 e 4.

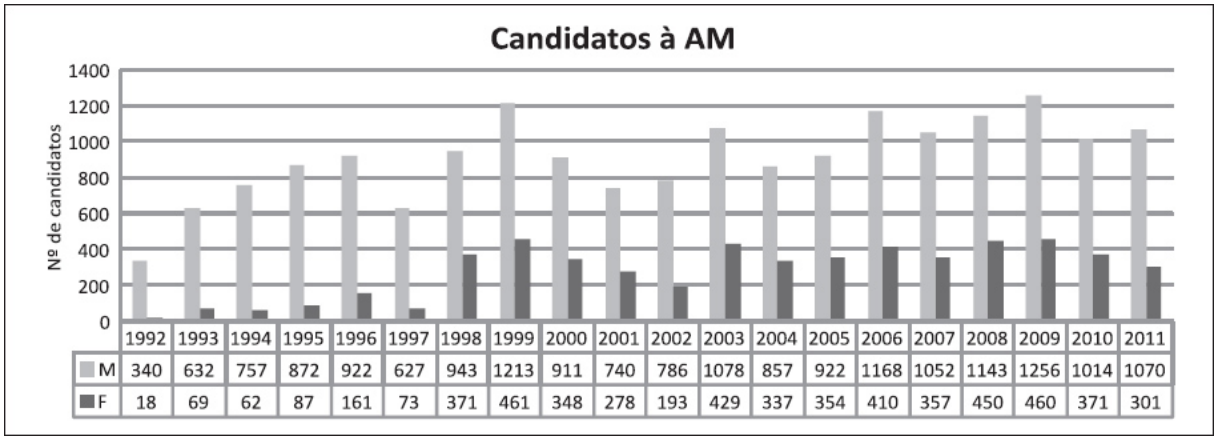


Gráfico 3: Evolução dos candidatos à AM, por género (1992-2011)

Fonte: Relatórios dos Concursos de Admissão à Academia Militar (1992-2011)

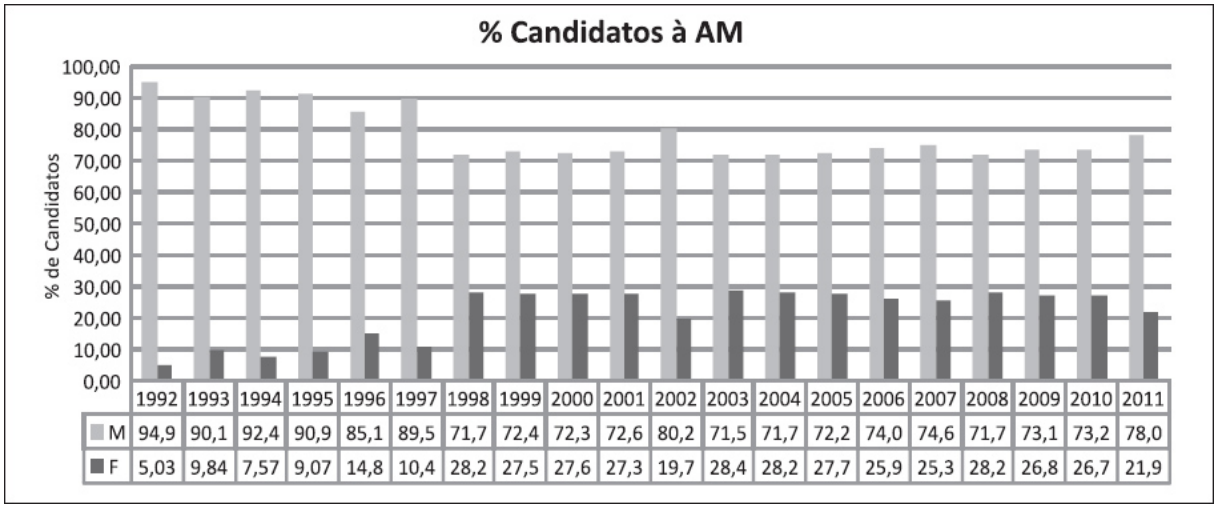


Gráfico 4: Evolução percentual dos candidatos à AM, por género (1992-2011)

Fonte: Relatórios do Concurso de Admissão à Academia Militar (1992-2011)

Figura 6: Cadete em instrução

Fonte: Fotografia cedida pela AM

No que diz respeito ao número de alunas admitidas, de acordo com o gráfico 5, até 2011, foi de 232, das quais 214 oriundas da vida civil e 18 que já estavam nas fileiras das Forças Armadas em regime de contrato. Apesar dos números referidos anteriormente, as percentagens atuais de alunas admitidas em relação ao universo total de alunos não é muito animadora, pois a percentagem do ano de 2011 foi a quarta mais baixa destes vinte anos sendo mesmo inferior ao ano de 1992 (gráfico 6).

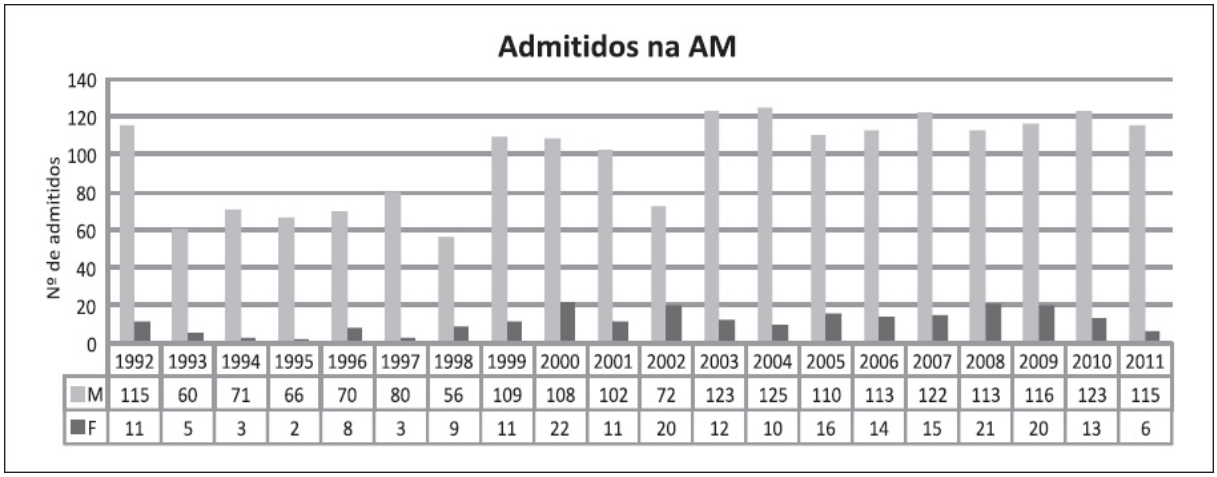


Gráfico 5: Evolução dos Alunos admitidos na AM, por género (1992-2011)

Fonte: Relatórios do Concurso de Admissão à Academia Militar (1992-2011)

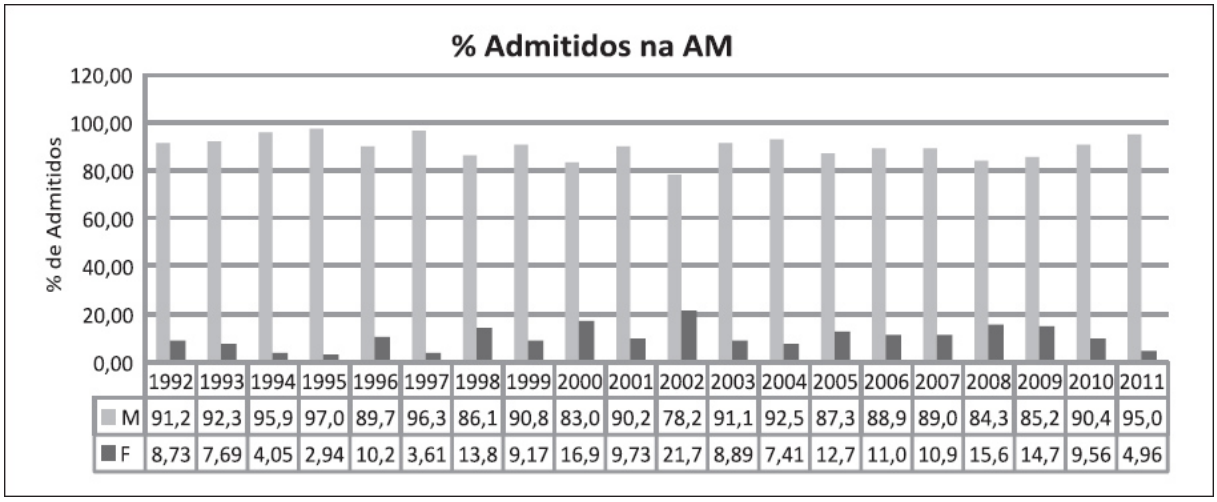


Gráfico 6: Evolução percentual dos Alunos admitidos na AM, por género (1992-2011)

Fonte: Relatórios do Concurso de Admissão à Academia Militar (1992-2011)

No ano de 1992 ingressaram 11 alunas na AM, sendo 10 oriundas do meio civil e uma oriunda do regime de contrato das Forças Armadas. Destas 11 alunas, só 4 concluíram a AM, e todas oriundas do meio civil, visto a única do meio militar ter desistido no primeiro ano e as restantes 5 reprovado duas vezes, tendo sendo excluídas da AM; das restantes 5, uma ingressou nos quadros da Guarda Nacional Republicana (GNR).

Figura 7: Cadetes em instrução Fonte: Fotografia cedida pela AM

Neste momento, essas quatro Oficiais já atingiram o posto de Major e pertencem todas ao Serviço de Administração Militar, tendo a mais antiga, Major Ana Jesus, terminado recentemente o Mestrado em Psicologia.

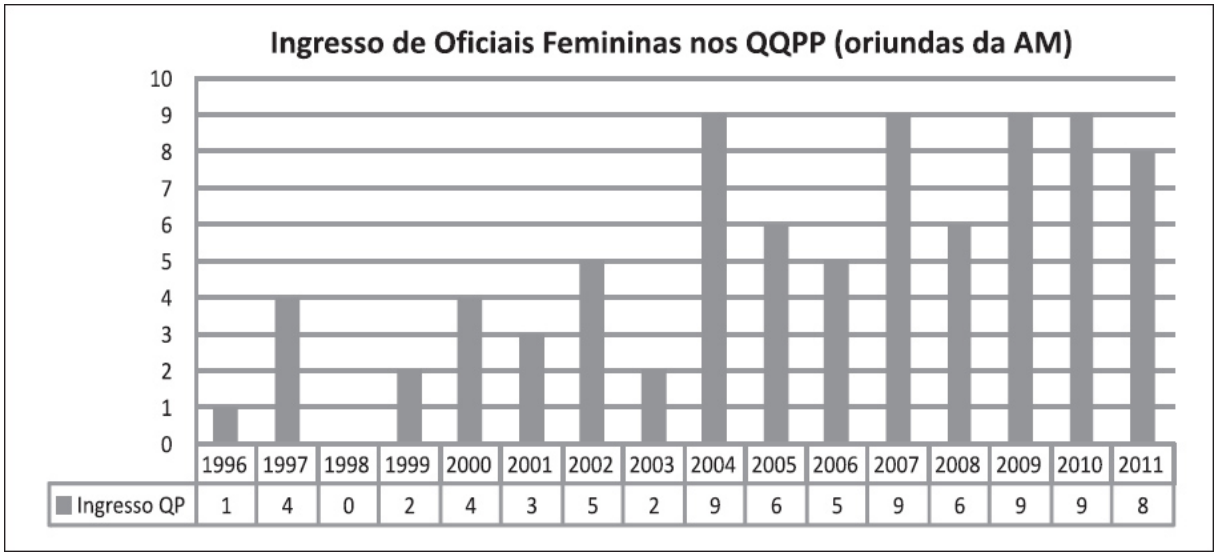


Gráfico 7: Evolução do ingresso das Oficiais Femininas no Quadro Permanente (oriundas AM) (1996-2011)

Fonte: Academia Militar

Figura 8: Cadetes em uniforme de gala

Fonte: Fotografia cedida pela AM

O ingresso na Escola de Sargentos do Exército

A Portaria nº 1156/91, de 11 de novembro, refere que os cidadãos do sexo feminino

podem voluntariamente candidatar-se à prestação do serviço militar, referindo também que o recrutamento se processa de acordo com a Lei do Serviço Militar e as normas de Admissão à Academia Militar e à Escola de Sargentos do Exército.

Dado este pressuposto, surge a oportunidade das jovens portuguesas que já se encontravam em regime de contrato nas fileiras das Forças Armadas, ingressarem nos QQPP do Exército Português, nomeadamente numa primeira fase no 21.º Curso de Formação de Sargentos da ESE.

Até 2011, candidataram-se à ESE 3108 jovens do sexo feminino, das quais 3070 já estavam nas fileiras das Forças Armadas e 38 eram oriundas da vida civil. Os valores percentuais das candidatas têm sofrido oscilações ao longo dos anos, face ao universo de candidatos de ambos os sexos, em que se passou de uma percentagem de 2,54%, em 1992, para uma percentagem de 25,006%, em 2007 (não tendo em consideração o ano de 2002, pois os dados referem-se somente à área da saúde), existindo no entanto uma certa regularidade entre o ano 2003 e o de 2011, em que o intervalo das percentagens se situa entre os 20% e os 25%, conforme os gráficos 8 e 9.

Figura 9: Alunos da ESE em instrução

Fonte: Fotografia cedida pela 1SAR ADMIL Vara

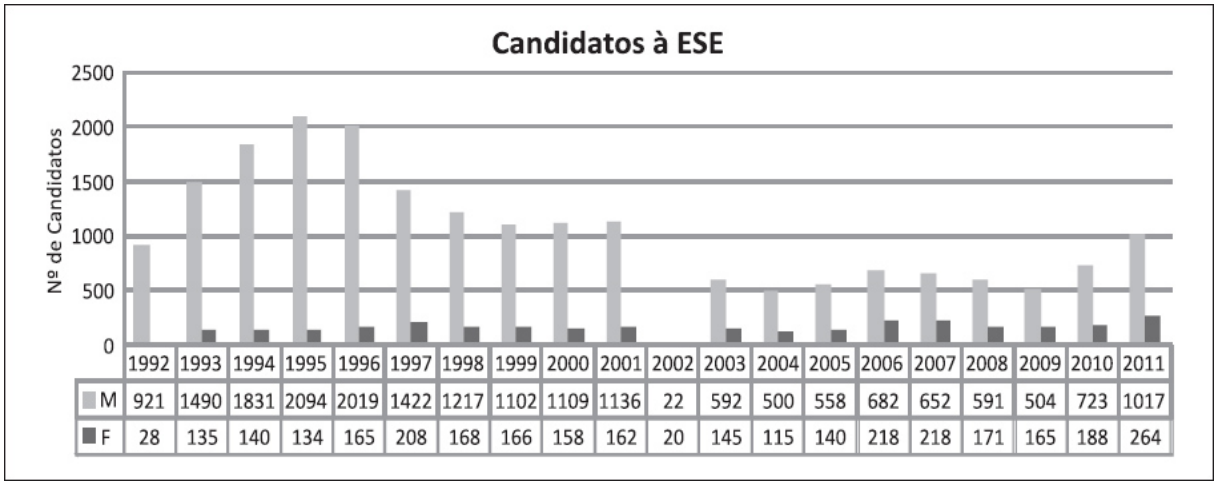


Gráfico 8: Evolução dos Candidatos à ESE, por género (1992-2011)

Fonte: Escola de Sargentos do Exército

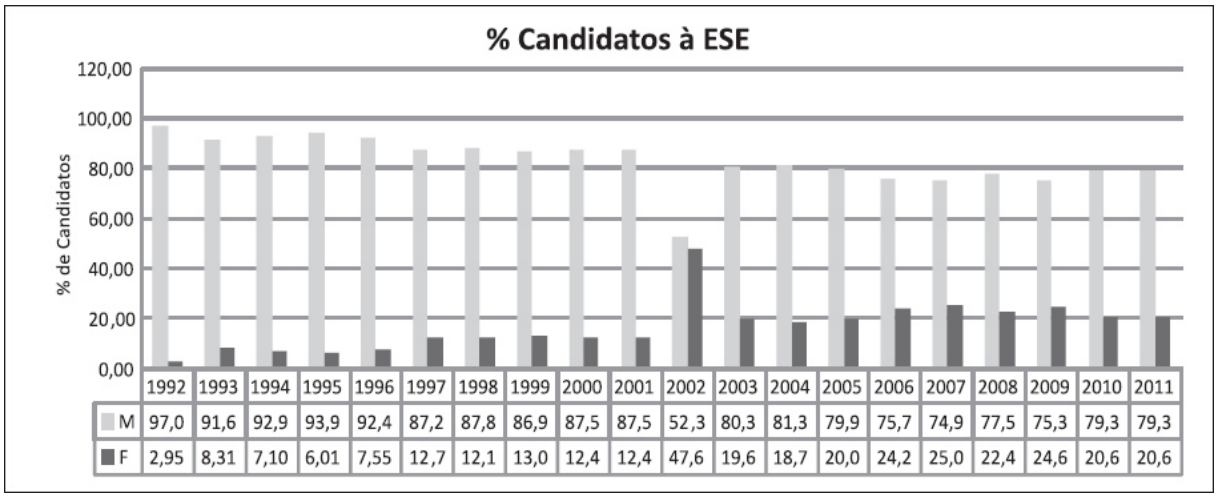


Gráfico 9: Evolução percentual dos Candidatos à ESE, por género (1992-2011)

Fonte: Escola de Sargentos do Exército

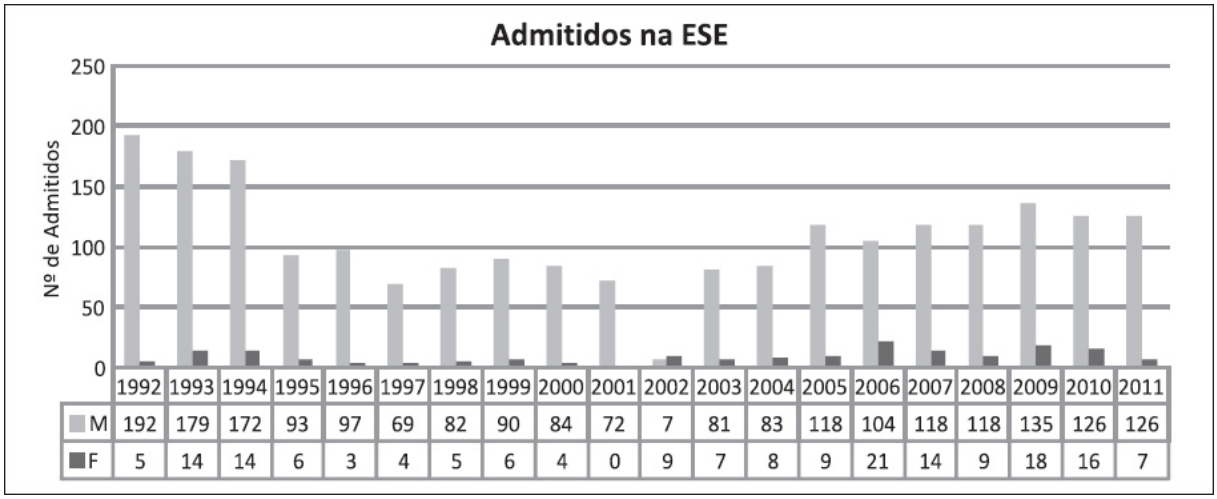


Gráfico 10: Evolução dos Alunos admitidos na ESE, por género (1992-2011)

Fonte: Escola de Sargentos do Exército.

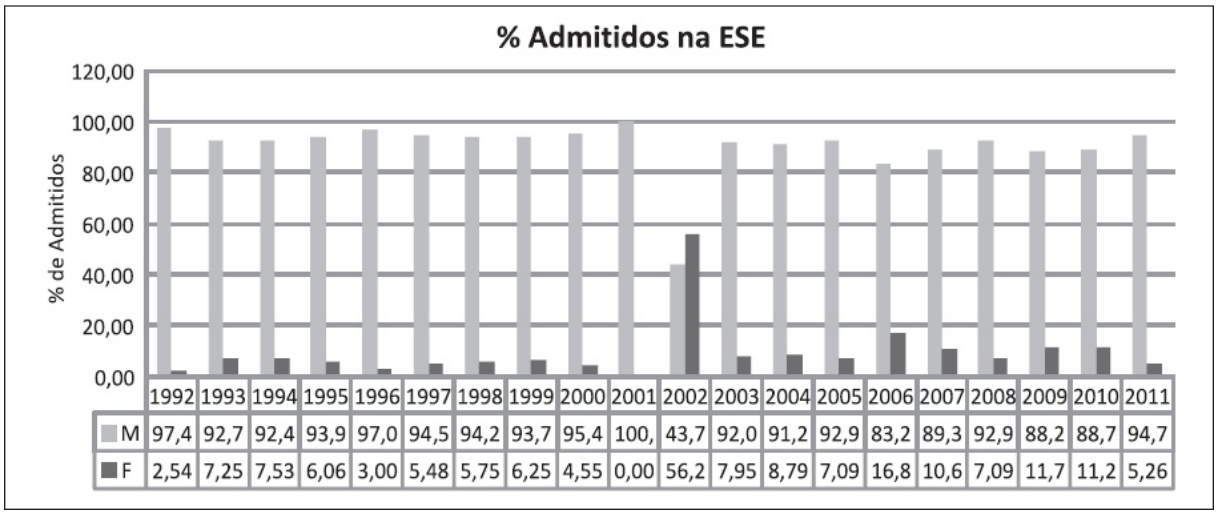


Gráfico 11: Evolução percentual dos Alunos admitidos na ESE, por género (1992-2011)

Fonte: Escola de Sargentos do Exército.

O número de alunas admitidas, até 2011, foi de 179, das quais 176 já se encontravam nas fileiras das Forças Armadas e 3 eram oriundas da vida civil. Apesar dos números referidos anteriormente, as percentagens atuais de alunas admitidas, em relação ao universo total de alunos, não são muito animadoras, pois a percentagem está ligeiramente superior (3,95%), em 2011, em relação à de 1992 (2,54%), conforme gráficos 10 e 11.

Atualmente, no Exército Português, já existe uma Sargento-ajudante, embora, dado o elevado número de ingressos no ano de 1993, esse número venha a aumentar a curto prazo, conforme demonstrado no gráfico 12.

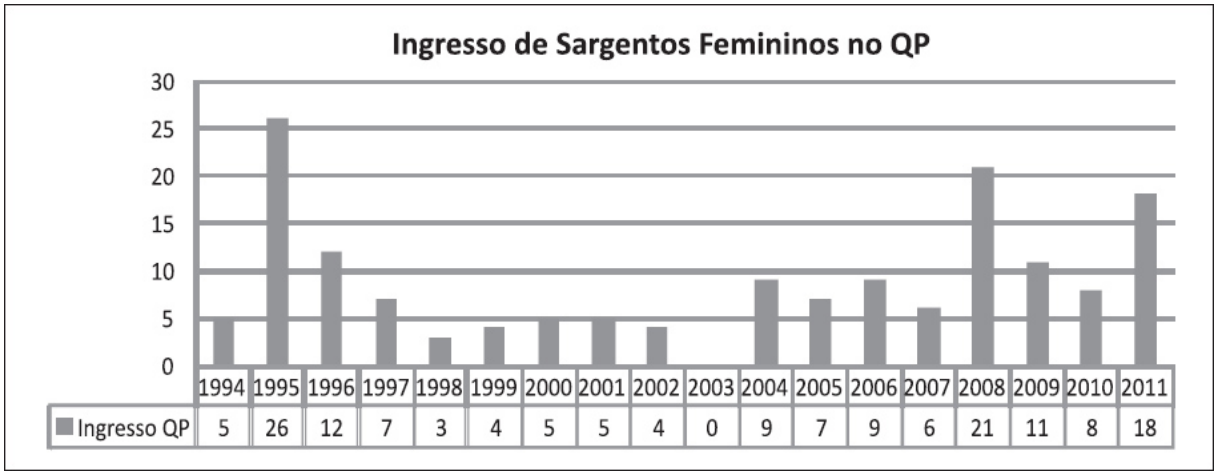


Gráfico 12: Evolução do ingresso das Sargentos no Quadro Permanente de 1994-2011)

Fonte: Escola de Sargentos do Exército

Figura 10: Aluna da ESE em instrução

Fonte: Fotografia cedida pela 1SAR ADMIL Vara

A integração nas missões internacionais

Desde a década de 1990 que são integradas militares femininas nas missões humanitárias de paz, sendo exemplo disso a Tenente de Administração Militar Ana Jesus (atualmente com o posto de Major), que esteve na Bósnia em 1999. Igualmente, desde a década de 1990, «a Comunidade Internacional e as Organizações Internacionais que a representam adotaram uma postura interventiva na prevenção, gestão e resolução de conflitos, bem como no apoio humanitário» (Lino, 2012).

Figura 11: Militar em missão (ERec/BrigMec)

Fonte: *Slim Lines News* (KFOR *Tactical Reserve Manoeuvre Battalion*)

Nas várias fases da missão, a temática do género tem vindo a ser um elemento fundamental para a concretização das mesmas. O Exército, nas suas missões, integra não só militares do sexo feminino sem restrições, bem como a temática dos direitos humanos. «Importa ter bem presente que, nestas missões, o desempenho das Forças Nacionais Destacadas orienta-se, também, para a defesa dos direitos das mulheres nos territórios em que tais missões se desenvolvem» (Lino,2012).

Em termos internacionais, inúmeras mulheres têm participado, ao longo dos anos, em diversas missões.

No ano de 2009, o Exército contou com um efetivo total de 1047 militares em missões internacionais, dos quais 937 (89,49%) eram do sexo masculino e 110 (10,51%) do sexo feminino. A elevada percentagem, no ano de 2009, deve-se à classe de praças que contou com 85 militares femininas (quadro 1).

	Efetivo total em Missões no ano de 2009						
CATEGORIA	QP		RC/RV		TOTAL		TOTAL GERAL
ELEMENTOS	M	F	M	F	M	F	
OFICIAIS	124	5	2	0	126	5	131
SARGENTOS	202	11	18	9	220	20	240
PRAÇAS	9	0	582	85	591	85	676
TOTAL	335	16	602	94	937	110	1047

Quadro 1: Distribuição dos efetivos em missões no ano de 2009

Fonte: Comando das Forças Terrestres

Em 2010, de acordo com o quadro 2, o efetivo total em missões aumentou para 1475 militares, mas tal não se traduziu num acréscimo percentual do efetivo feminino (baixou cerca de 1,5%), mas sim num acréscimo numérico que contou com a presença de 135 militares femininas, mais uma vez com elevada expressão na classe de praças (110 militares).

	Efetivo total em Missões no ano de 2010						
CATEGORIA	QP		RC/RV		TOTAL		TOTAL GERAL
ELEMENTOS	M	F	M	F	M	F	
OFICIAIS	180	5	4	1	184	6	190
SARGENTOS	305	20	23	11	328	31	359
PRAÇAS	0	0	828	98	828	98	926
TOTAL	485	25	855	110	1340	135	1475

Quadro 2: Distribuição dos efetivos em missões no ano de 2010

Fonte: Comando das Forças Terrestres

	Efetivo total em Missões no ano de 2011						
CATEGORIA	QP		RC/RV		TOTAL		TOTAL GERAL
ELEMENTOS	M	F	M	F	M	F	
OFICIAIS	226	3	5	0	231	3	234
SARGENTOS	371	5	11	2	382	7	389
PRAÇAS	91	0	686	59	777	59	836
TOTAL	688	8	702	61	1390	69	1459

Quadro 3: Distribuição dos efetivos em missões no ano de 2011

Fonte: Comando das Forças Terrestres

Em 2011, o número total de efetivos teve um decréscimo acentuado (4,5%) em relação ao ano anterior, passando a contar com cerca de 50% do efetivo do ano anterior, ou seja 69 militares femininas. Este decréscimo acentuado não foi acompanhado pelos efetivos masculinos (quadro 3).

No ano de 2012, o número total total de efetivos em missões internacionais diminui acentuadamente atingindo uma percentagem superior aos 50%, contudo, o valor percentual de militares femininas aumentou cerca de 2% em relação ao ano anterior, mas em termos numéricos diminui para um efetivo de 41 militares (quadro 4).

	Efetivo total em Missões no ano de 2012						
CATEGORIA	QP		RC/RV		TOTAL		TOTAL
ELEMENTOS	M	F	M	F	M	F	GERAL
OFICIAIS	103	5	1	0	104	5	109
SARGENTOS	153	4	0	2	153	6	159
PRAÇAS	0	0	368	30	368	30	398
SUB TOTAL	256	9	369	32	625	41	666

Quadro 4: Distribuição dos efetivos em missões no ano de 2012

Fonte: Comando das Forças Terrestres

Figura 12: Militares em missão

Fonte: Fotografia cedida CAP ADMIL Margarida Santos

Ao analisarmos os efetivos que participaram em missões internacionais, entre 2009 e 2012, podemos concluir que o valor percentual do efetivo feminino se situa nos 7,64% (355 militares), em que, destas, 272 foram Praças, 64 foram Sargentos e 19 foram Oficiais. É no Regime de Voluntariado e de Contrato que o valor do efetivo toma uma maior expressão, devido à elevada participação das praças femininas, e é no Quadro Permanente que se assiste a um maior número de participação feminina das Oficiais e Sargentos, dado o progressivo aumento de efetivos oriundos da Academia Militar e Escola de Sargentos do Exército.

	Efetivo total em Missões no ano de 2009-2012						
CATEGORIA	QP		RC/RV		TOTAL		TOTAL GERAL
ELEMENTOS	M	F	M	F	M	F	
OFICIAIS	633	18	12	1	645	19	664
SARGENTOS	1031	40	52	24	1083	64	1147
PRAÇAS	100	0	2464	272	2564	272	2836
TOTAL	1764	58	2528	297	4292	355	4647

Quadro 5: Distribuição dos efetivos em missões no ano de 2009-2012

Fonte: Comando das Forças Terrestres

Figura 13: Militares em missão

Fonte: Fotografia cedida CAP ADMIL Margarida Santos

O Exército e a implementação da Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas 1325 (RCSNU1325)

A 31 de outubro de 2000, o Conselho de Segurança das Nações Unidas, através da sua RCSNU 1325, criou uma base política internacional que sustenta a promoção e defesa da transversalidade da dimensão da igualdade de género na prevenção, gestão e resolução de conflitos armados e em todas as fases dos processos de construção de paz, entendida no seu sentido mais lato e estrutural, com aplicação, tanto em países em processos de conflito armado e de recuperação de conflitos, como em países em paz, como é o caso de Portugal.

O Exército tem participado no *Nato Committee on Gender Prespectives (NCGP)*, que ajuda a OTAN a compreender a importância de uma perspetiva de género e a operacionalizá-la. Nos últimos três anos, o NCGP tem estado bastante empenhado na implementação da RCSNU 1325. Decorrente dos trabalhos realizados no NCGP, surgem três publicações para auxílio da implementação da RCSNU 1325: 2009,

Recommendations on Implementation of UNSCR 1325; 2010, *Template for pre-deployment gender training – topics and learning objectives;* 2011, *How can gender make difference to security in operations – Indicators.*

A 11 de dezembro de 2008, foi aprovado por Sua Excelência o General CEME que, numa primeira fase, seria do interesse do Exército garantir a formação de todos os atores envolvidos nos processos de construção de paz, tanto sobre a igualdade de género, como sobre outros aspetos relevantes da RCSNU 1325 e, numa segunda fase, promover a participação de mulheres em todas as fases dos processos de paz.

Em 25 de agosto de 2009 é aprovado, pela Resolução de Conselho de Ministros nº 71/2009, o Plano Nacional de Ação para Implementação da Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas nº 1325 (2000). Os Planos Nacionais de Ação são considerados internacionalmente como o mecanismo mais eficaz para traduzir os objetivos e preocupações da RCSNU 1325 para a realidade.

Figura 14: Militares em missão

Fonte: Fotografia cedida CAP ADMIL Margarida Santos

Figura 15: Militares em missão

Fonte: Fotografia cedida CAP ADMIL Margarida Santos

O Exército viu aprovado, por despacho de 26 de junho de 2012, de Sua Excelência o General CEME, o Plano do Exército para a Execução do Plano Nacional de Ação para a implementação da RCSNU 1325 (2000) sobre Mulheres, Paz e Segurança, que visa a concretização das medidas do Plano Nacional de Ação 1325 (PNA1325), que lhe estão incumbidas, sendo que já tinha atingindo algumas metas nos anos anteriores, nomeadamente no que diz respeito ao objetivo 1-Aumentar a participação das mulheres e integrar a dimensão da igualdade do género em todas as fases dos processos de construção de paz, que se encontra na sua maioria concluído.

No âmbito da RCSNU 1325, o Exército participou, em novembro de 2010, na celebração do 10.º aniversário da Resolução 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre "Mulheres, Paz e Segurança" e apresentação pública do PNA1325. Em 2012 já participou no Seminário "A participação das mulheres militares em Missões Internacionais" e no Seminário *Gender-based violence in armed conflicts.*

A envolvência do Exército nas temáticas do género

A entrada de mulheres nas fileiras do Exército foi determinante para uma maior envolvência do Exército nas temáticas do género. Embora, "(…) o estabelecimento do serviço militar feminino foi uma medida que concretizou o respeito do direito à igualdade de género consagrado na Constituição (…)" (Santos, 2012), nomeadamente, o principio da igualdade é um principio consagrado na Constituição da República Portuguesa, em que, no seu Artigo 13.º «Principio da Igualdade», menciona que "todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei. (…) Ninguém pode ser privilegiado,

beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, (…).”

Em 18 de janeiro de 2011, foi aprovado, através da Resolução de Conselho de Ministros nº 5/2011, o IV Plano Nacional para a Igualdade – Género, Cidadania e não Discriminação, 2011-2013 (IV PNI), tendo o Exército colaborado na construção do Plano para a Igualdade do Ministério da Defesa Nacional – Género, Cidadania e Não Discriminação 2011-2013.

Atualmente, o Exército tem aprovado, através do Despacho de Sua Excelência o General Chefe de Estado-Maior do Exército, de 5 de março de 2012, o Plano para a Igualdade de Género do Exército para o ano de 2012, que visa concretizar as medidas do Plano Setorial e Nacional que ainda não foram totalmente concretizadas nos anos anteriores.

Na Diretiva para o Biénio 2012-2014, de Sua Excelência o General Chefe de Estado-Maior do Exército, encontra-se refletida a preocupação com a dimensão de género.

Ao longo dos anos, o Exército tem ido ao encontro do que é solicitado nos planos nacionais e setoriais, pois, naturalmente, teve que adaptar-se ao ter nas suas fileiras militares do sexo feminino. O Exército adaptou as suas infraestruturas de modo a acolher as militares, deu ênfase ao cumprimento da lei da parentalidade, adaptou normas e regulamentos que se encontravam desajustados, de modo a serem coerentes com a entrada das militares.

Conclusão

Apesar de terem havido muitos obstáculos, os efetivos femininos, na sua generalidade, têm aumentado no Exército, o que levou que cada vez mais se debatessem os assuntos da parentalidade, acompanhando a mudança na sociedade civil, de tarefas partilhadas entre os homens e mulheres. A sociedade civil foi a primeira a impor a desmistificação dos papéis tradicionalmente desempenhados pelos homens e pelas mulheres; hoje já temos bombeiras, policias, mulheres que recolhem o lixo, mulheres estivadoras, mas também já estamos a ver uma alteração profunda em que os salários das mulheres são cada vez mais equiparados aos dos homens, contradizendo o início da era industrial em que a mão de obra feminina era mais solicitada por ser mais barata.

De qualquer forma, até para a mais tradicional e castrense instituição, que é a militar, este nunca foi fator dicriminante, pois os homens e mulheres vencem pelo respetivo posto.

A mulher militar, dada a sua preseverança de querer vencer, e não dar nada como garantido, leva-a a ser mais empenhada, que faz da sua vitória a das suas pares, pois cada vitória alcançada é um degrau que se sobe para se poder alcançar o que já se encontra há muito consagrado na Constituição da República, que é o Principio da Igualdade, como ser humano, como cidadão e como membro de uma sociedade para a

qual também contribui eficazmente.

Constatou-se neste artigo que o efetivo feminino tem tido uma evolução positiva ao longo destes vinte anos, e que a ascensão a postos mais elevados já se está a tornar uma realidade, um pouco mais lenta, mas obedecendo sempre ao princípio de igualdade entre os pares.

Na Academia Militar foi notória a evolução desde o ano de 1992, pois passaram a integrar todas as armas e serviços, sendo que o número total de alunas que por lá passaram, nestes vinte anos, já é expressivo (232), e nas oficiais oriundas da AM já se atingiu o posto de Major, embora no Quadro Permanente de Oficiais já existam Tenentes-Coronéis.

Na Escola de Sargentos do Exército o fenómeno é similar ao da AM, pois também aqui passaram a integrar todas as armas e serviços sem restrições, e o número é igualmente expressivo no que toca a estes vinte anos de percurso (176), já existindo uma militar com o posto de Sargento-Ajudante.

Nas missões internacionais o Exército têm integrado de forma reiterada militares femininas, de tal forma que, entre 2009-2012, o número situou-se nas 355, face a um efetivo de 4645, atingindo uma percentagem de 7,64%.

O Exército Português tem sido modelo a seguir no que concerne à integração do género no seio das suas fileiras, pelas adaptações que teve de efetuar nas suas infraestruturas, bem como regulamentos e demais documentos, como é o caso dos que dizem respeito à parentalidade.

Ao implementar a RCSNU 1325, o Exército está a contribuir para uma melhor integração da dimensão da igualdade do género em todas as fases dos processos de construção de paz, treinando da melhor forma os mecanismos para proteção dos direitos humanos, quer sejam de homens, mulheres, rapazes ou raparigas.

As “teorias” são diversas, e de acordo com o pensamento de cada um, mas uma coisa é certa, as mulheres vieram para ficar no Exército! Viveram momentos conturbados na sua admissão no Exército, com muitas vozes contra no seu seio, e muitas vezes sem o apoio dos seus pares no início de carreira, mas não baixaram os braços, lutam até hoje pela sua carreira, mas, mais do que tudo, pelo seu País!!!

Bibliografia

Carreiras, H. (1999). Mulheres Militares em Portugal (1992-1998) Políticas, Processos e Protagonistas. Nação e Defesa.

Carreiras, H. (1995). Mulheres nas Forças Armadas: transformação institucional e recrutamento feminino.

Santos, J. d. (2012). *Forças Armadas em Portugal.* Lisboa, Portugal: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Lino, Braga (2012). In "Intervenção na Sessão de Abertura do Seminário *Participação das mulheres militares em missões internacionais*".

Anuário Estatístico da Defesa Nacional 1993, Ministério da Defesa Nacional

Anuário Estatístico da Defesa Nacional 1994, Ministério da Defesa Nacional

Anuário Estatístico da Defesa Nacional 1995, Ministério da Defesa Nacional

Anuário Estatístico da Defesa Nacional 1996, Ministério da Defesa Nacional

Anuário Estatístico da Defesa Nacional 1997, Ministério da Defesa Nacional

Anuário Estatístico da Defesa Nacional 1998, Ministério da Defesa Nacional

Anuário Estatístico da Defesa Nacional 1999, Ministério da Defesa Nacional

Anuário Estatístico da Defesa Nacional 2000, Ministério da Defesa Nacional

Anuário Estatístico da Defesa Nacional 2001, Ministério da Defesa Nacional

Anuário Estatístico da Defesa Nacional 2002, Ministério da Defesa Nacional

Anuário Estatístico da Defesa Nacional 2003, Ministério da Defesa Nacional

Anuário Estatístico da Defesa Nacional 2004, Ministério da Defesa Nacional

Anuário Estatístico da Defesa Nacional 2005, Ministério da Defesa Nacional

Anuário Estatístico da Defesa Nacional 2006, Ministério da Defesa Nacional

Anuário Estatístico da Defesa Nacional 2007, Ministério da Defesa Nacional

Anuário Estatístico da Defesa Nacional 2008, Ministério da Defesa Nacional

Anuário Estatístico da Defesa Nacional 2009, Ministério da Defesa Nacional

Anuário do Exército Português 1994, Exército Português

Anuário do Exército Português 1995, Exército Português

Anuário do Exército Português 1996, Exército Português

Anuário do Exército Português 1998, Exército Português

Anuário do Exército Português 1999, Exército Português

Anuário do Exército Português 2000, Exército Português

Anuário do Exército Português 2001, Exército Português

Anuário do Exército Português 2002, Exército Português

Anuário do Exército Português 2003, Exército Português

Anuário do Exército Português 2004, Exército Português

Anuário do Exército Português 2005, Exército Português

Anuário do Exército Português 2006, Exército Português

Anuário do Exército Português 2007, Exército Português

Anuário do Exército Português 2008, Exército Português